



CÓD: OP-037JL-23  
7908403538652

# **TJ-SE**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

450 questões gabaritadas-

**GABARITANDO**

## ***Questões Gabaritadas***

1. Língua Portuguesa .....	7
2. Noções de Administração .....	25
3. Noções de Direito Constitucional.....	41
4. Noções de Direito Administrativo .....	65
5. Noções de Direito Penal.....	83
6. Noções de Direito Civil.....	105
7. Noções de Direito Processual Civil.....	123
8. Noções de Direito Processual Penal.....	139

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - PROF (PREF SP)/PREF SP/EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Substantivo

Entre as opções a seguir, assinale aquela em que o aumentativo sublinhado perdeu o valor de aumentativo, designando uma outra realidade.

- (A) O entregador tocou a campainha e esperou no portão.
- (B) O fazendeiro tinha um cachorrão para vigiar a plantação.
- (C) O panelão da feijoada já estava sobre o fogão.
- (D) O apartamento tinha um varandão na frente.
- (E) Na parte de trás, havia um terrenão para o plantio de frutas.

2. FGV - PROF (PREF SP)/PREF SP/ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO/PORTUGUÊS/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Substantivo

Assinale a opção que exemplifica a seguinte mudança de classe nas palavras: substantivos comuns que passaram a substantivos próprios e substantivos próprios que passaram a comuns.

- (A) Campina Grande / celular.
- (B) Fortaleza / felicidade.
- (C) Pouso Alegre / santo.
- (D) Três Corações / champanha.
- (E) Recife / canário.

3. FGV - AFRE MG/SEF MG/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

*Nossas necessidades são muitas, mas nossos desejos são incontáveis.*

Nessa frase, o segundo termo sublinhado mostra uma intensificação do primeiro. Assinale a opção em que essa estratégia se repete.

- (A) “Livros trazem a vantagem de podermos estar sós e acompanhados.”
- (B) “Documentários são tão verdadeiros ou tão mentirosos quanto a ficção.”
- (C) “O escritor não escreve o que ouve, nem o que houve. Escreve o que sente.”
- 12. (D) “Quando você possui um livro com mente e espírito, você enriquece. Mas quando você o passa adiante, enriquece triplamente.”
- (E) “Livros são os mais silenciosos e constantes amigos. Os conselheiros mais acessíveis e sábios. E os mais pacientes professores.”

4. FGV - AFRE MG/SEF MG/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

“As pessoas de classe deixam à plebe tanto a preocupação de pensar, quanto o temor de pensar erroneamente.” Na frase acima, o termo sublinhado traz implícito um adjetivo (*alta classe*).

Assinale a opção em que a expressão sublinhada não mostra a mesma situação.

- (A) Meu pai sempre aconselhava que procurássemos uma menina de família para casar.
- (B) Sempre devemos respeitar as pessoas de idade.
- (C) As pessoas do interior são mais francas.
- (D) A empregada trouxe do mercado um pacote de manteiga de qualidade.
- (E) Os dois times mostraram um futebol de categoria.

## 5. FGV - TEC B (BANESTES)/BANESTES/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

Na descrição de uma paisagem, o autor do texto empregou os seguintes pares de palavras: *céu azul, mar agitado, aves ruidosas, ruído agradável, águas cálidas, atmosfera barroca, nuvens densas...*

Entre todos os adjetivos empregados, os dois que pertencem a um grupo diferente dos demais, são

- (A) céu azul / mar agitado.
- (B) aves ruidosas / ruído agradável.
- (C) atmosfera barroca / nuvens densas.
- (D) ruído agradável / atmosfera barroca.
- (E) águas cálidas / aves ruidosas.

## 6. FGV - PROF (PREF SP)/PREF SP/ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO/BIOLOGIA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

Muitas vezes podemos substituir uma locução adjetiva por um adjetivo.

Assinale a opção em que o termo sublinhado **não** pode ser substituído por um adjetivo.

- (A) O relógio tinha uma valiosa pulseira de ouro.
- (B) Os erros de ortografia devem ser evitados.
- (C) As lembranças dos filhos eram guardadas numa caixa.
- (D) Os livros de Matemática eram utilizados em sala.
- (E) As mensalidades dos alunos eram depositadas no banco.

## 7. FGV - OF PROM (MPE SP)/MPE SP/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

Todas as frases abaixo contêm adjetivos; assinale a frase em que esse adjetivo tem o valor de qualificação.

- (A) Na guerra contra a pobreza, a lista de mortos é impuplicável.
- (B) Na inflação capitalista os preços sobem.
- (C) A indústria farmacêutica não tem remédio.
- (D) A crença de nosso cliente é o nosso maior patrimônio.
- (E) Não mexa no que está quieto.

## 8. FGV - OF PROM (MPE SP)/MPE SP/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

Assinale a frase em que o adjetivo bom/boa tem valor objetivo.

- (A) Os clientes aperfeiçoaram o sistema de tornar impossível a boa propaganda.
- (B) O melhor do marketing é uma boa tabela de preços.
- (C) Perdoar é, além do mais, um bom negócio.
- (D) Existem dias de bom tempo em que é melhor divertir-se do que fazer negócio.
- (E) O dinheiro é um bom cosmético.

## 9. FGV - PROF (PREF SP)/PREF SP/ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO/PORTUGUÊS/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

*“Cheguei ao trabalho por volta das oito da manhã. Como sempre, meu chefe já estava na seção. Nunca pude entender o porquê de ele chegar tão cedo, pois as coisas só começavam depois que todos chegassem. Dirigi-me a minha mesa e passei a organizar o material de trabalho.”*

Esse é um fragmento de texto narrativo, caracterizado basicamente pela evolução cronológica de ações. Assinale a opção que apresenta as formas verbais que documentam essa evolução.

- (A) começavam / chegassem.
- (B) Cheguei / dirigi-me.
- (C) estava / pude entender.
- (D) pude entender / chegar.
- (E) chegassem / dirigi-me.

## 10. FGV - ATR (AGENERSA)/AGENERSA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Conto o que me contaram. (Heródoto)

Assinale a opção que apresenta as duas formas verbais que podem substituir corretamente as formas sublinhadas, mantendo-se os tempos verbais.

- (A) Divulguei / divulgaram.
- (B) Comunico / comunicam.
- (C) Expressei / expressaram.
- (D) Falo / falam.
- (E) Digo / disseram.

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

1. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

Um adolescente conseguiu um trabalho como jovem aprendiz em uma secretaria municipal. Antes de iniciar seu trabalho, ele precisa entender o que significa “um grupo estruturado de pessoas, com propósitos comuns, que se juntam para alcançar objetivos compartilhados”.

O significado a ser compreendido é o de

- (A) coordenação.
- (B) eficiência.
- (C) organização.
- (D) processo.
- (E) recurso.

2. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

Os administradores devem alcançar um bom balanceamento no exercício das funções que desempenha; entretanto, sabe-se que, em função da descentralização das atividades em níveis organizacionais, esse balanceamento dependerá do nível de atuação do administrador na estrutura organizacional.

Nesse sentido, espera-se que um administrador que atue no nível operacional desenvolva

- (A) supervisão de primeira linha.
- (B) determinação dos objetivos estratégicos.
- (C) desenho da estrutura organizacional.
- (D) definição das diretrizes corporativas.
- (E) controles globais de desempenho.

3. FGV - AFRFB/SRFB/GERAL/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Embora seja alvo de muitas críticas ao longo da evolução das teorias organizacionais, a departamentalização continua sendo um modelo de organização predominante em muitos setores. Há, no entanto, diferentes maneiras de definir a departamentalização e buscar adequá-la ao ambiente em que a organização atua.

Considerando os tipos de departamentalização, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) A departamentalização por produtos ou serviços é considerada adequada para promover a cooperação entre departamentos e, assim, facilitar a inovação em ambientes onde a tecnologia muda rapidamente.

( ) A departamentalização funcional promove a cooperação entre especialistas com competências comuns, o que por sua vez pode dificultar a cooperação interdepartamental e a flexibilidade para responder às mudanças tecnológicas quanto estas são muito frequentes.

( ) A departamentalização por processos facilita a adaptação à realidade local, incluindo delimitações geográficas, sendo recomendada para níveis estratégicos por sua flexibilidade às mudanças.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e F.

## 4. FGV - AT (AGENERSA)/AGENERSA/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Lúcia, após ser contratada para trabalhar em uma sociedade empresária que presta serviços de limpeza para órgãos públicos, foi alocada em um cargo considerado de nível tático, devido à sua posição na estrutura e à natureza de suas atribuições.

Com relação ao novo cargo ocupado por Lúcia, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Será responsável por ações que compreendem tarefas de rotina, mas que abrangem um horizonte de curto prazo.
- (B) Será responsável por ações voltadas apenas para o ambiente interno, mas que têm caráter genérico e institucional.
- (C) Será responsável por ações voltadas para as atividades operacionais da sociedade empresária, mas com orientação para o ambiente externo.
- (D) Será responsável por ações que abrangem períodos de médio prazo, mas que não afetam a sociedade empresária como um todo.
- (E) Será responsável por ações com caráter específico e detalhado, mas com horizonte de longo prazo.

## 5. FGV - ATR (AGENERSA)/AGENERSA/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Assinale a opção que indica o tipo de estrutura mais adequado para uma organização com pouca diversidade de produtos e que atua em um setor estável.

- (A) Matricial.
- (B) Geográfica.
- (C) Funcional.
- (D) Divisional.
- (E) Processual.

## 6. FGV - TECPRO (PGM NITERÓI)/PREF NITERÓI/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Certa organização que opera apenas na região Sudeste do país está se expandindo e vai inaugurar uma unidade na região Sul em 2024. Tendo em vista a nova situação, a direção está em dúvida sobre qual critério de departamentalização deverá adotar: manter a atual departamentalização por produto ou adotar departamentalização geográfica.

Uma vantagem da departamentalização por produto e uma vantagem da departamentalização geográfica são, respectivamente:

- (A) eliminar a redundância de funções; garantir autonomia decisória às diversas unidades da organização;
- (B) favorecer a redução de custos; favorecer a inovação em serviços;
- (C) favorecer a inovação em produtos; facilitar a adaptação às necessidades e condições regionais;
- (D) garantir vantagens econômicas derivadas da plena utilização da tecnologia do processo produtivo; facilitar a avaliação do desempenho dos produtos em cada região;
- (E) favorecer a centralização; favorecer o crescimento da organização.

## 7. FGV - TECPRO (PGM NITERÓI)/PREF NITERÓI/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

O desenho adequado da estrutura organizacional deve considerar um conjunto de fatores contingenciais que a influenciam, tais como ambiente, tecnologia de produção, estratégia e tamanho da organização.

Sobre a relação entre fatores condicionantes da estrutura e os modelos estruturais mecanicistas e orgânicos, é **correto** afirmar que:

- (A) estruturas orgânicas são mais adequadas a ambientes simples e estáveis;
- (B) estruturas mecanicistas são mais adequadas à produção por unidade;
- (C) estruturas orgânicas são mais adequadas a estratégias voltadas para a inovação;
- (D) estruturas mecanicistas são mais adequadas a empresas de pequeno porte que adotam produção por processo;
- (E) estruturas orgânicas são mais adequadas à produção em massa.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. FGV - CONT (CGM RJ)/PREF RJ/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Ômega foram instados a se manifestar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais expressamente veiculados no Título I da Constituição da República de 1988. O grupo Alfa defendeu que a forma de Estado adotada foi mencionada no rol desses princípios. O grupo Beta observou que a forma de governo foi objeto de previsão específica. O grupo Ômega, por sua vez, defendeu que o sistema de governo foi expressamente contemplado.

Ao final da gincana, o júri observou, corretamente, em relação às afirmações dos grupos, que:

- (A) somente as afirmações dos grupos Alfa e Ômega estavam corretas;
- (B) somente as afirmações dos grupos Alfa e Beta estavam corretas;
- (C) somente a afirmação do grupo Ômega estava correta;
- (D) somente a afirmação do grupo Beta estava correta;
- (E) as afirmações de todos os grupos estavam corretas.

### 2. FGV - TCI (CGM RJ)/PREF RJ/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário

aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

### 3. FGV - NAC UNI OAB/OAB/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

- (A) pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.
- (B) não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.
- (C) somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.
- (D) tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.

## 4. FGV - CONS SUB (TCE ES)/TCE ES/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Após inúmeras audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado, dando origem à Lei nº XX. De acordo com esse diploma normativo, direcionado à proteção dos animais, era expressamente permitido o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Irresignado com a permissão de sacrifício estabelecida na Lei nº XX, uma associação de proteção aos animais consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a proteção da fauna;
- (B) constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa e o exercício de uma manifestação cultural;
- (C) inconstitucional, pois afronta a laicidade do Estado, que não deve se imiscuir em questões religiosas;
- (D) constitucional, pois a proteção constitucional é direcionada aos seres humanos, não aos animais;
- (E) inconstitucional, pois é vedada a submissão dos animais a qualquer espécie de sofrimento.

## 5. FGV - ATRFB/SRFB/GERAL/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um grupo de policiais alcançou a inferência lógica de que estariam sendo praticados crimes no interior de certa residência familiar. Esses policiais formaram o seu raciocínio a partir da constatação de que, de tempos em tempos, ali ingressavam pessoas que, pela sua aparência física e pelas roupas que utilizavam, muito provavelmente estariam envolvidas na prática de crimes. Por tal razão, decidiram ingressar no local, contra a vontade dos moradores, e ali encontraram centenas de quilos de substâncias entorpecentes de uso proibido.

Considerando a sistemática constitucional, é **correto** afirmar que o ingresso na residência foi

- (A) ilícito, considerando a inexistência de ordem judicial e em razão da ausência de qualquer indício prévio de flagrante delito no local.
- (B) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, podendo ter sido efetivado durante o dia ou durante a noite.
- (C) ilícito, considerando que os policiais, em nenhuma hipótese, podem ingressar na residência alheia sem ordem judicial e contra a vontade dos moradores.
- (D) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, cuja ocorrência deveria ser demonstrada em juízo em momento posterior.
- (E) lícito, considerando que o flagrante delito legitima o ingresso na casa alheia ainda que sua descoberta seja fortuita, pois a sua existência excepciona a inviolabilidade do domicílio.

## 6. FGV - AFRFB/SRFB/GERAL/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.



# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FGV - AT (AGENERSA)/AGENERSA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os princípios que regem a atividade administrativa no setor público estão previstos de forma explícita ou implícita na Constituição Federal de 1988.

Assinale a opção que indica o princípio que impede um servidor de usar seu cargo para lesar um desafeto, desobedecendo os fins coletivos.

- (A) da Continuidade.
- (B) da Publicidade.
- (C) da Impessoalidade.
- (D) da Eficiência.
- (E) do Contraditório.

### 2. FGV - SEC ASSIST (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Um funcionário público que, embora aja honestamente, execute suas atribuições sem a devida presteza esperada para sua função estará violando o princípio constitucional da

- (A) eficiência.
- (B) eficácia.
- (C) legalidade.
- (D) publicidade.
- (E) igualdade.

### 3. FGV - AJ TRT13/TRT 13/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Entre os princípios da administração pública aplicáveis aos Oficiais de Justiça está aquele acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98, que consolida o movimento por uma Administração Pública menos sujeita aos efeitos colaterais da burocracia, inaugurando, assim, o que se convencionou denominar Administração Pública Gerencial. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional, buscando a prestação do serviço com qualidade alta e baixo custo. Assim, o exercício da função administrativa pelo Estado deve ter como tripé: quantidade, qualidade e economicidade. Nesse contexto, foram introduzidos vários instrumentos no Direito Administrativo, como avaliação de desempenho, parcerias público-privadas, agências reguladoras etc.

O princípio da administração pública expresso descrito é o da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) produtividade.
- (D) eficiência.
- (E) publicidade.

### 4. FGV - TPN (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

João, técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa, requereu administrativamente a concessão de abono de permanência, que foi deferida, conforme publicação no Diário Oficial. No dia seguinte à publicação, o diretor do Departamento de Recursos Humanos verificou que o servidor não fazia jus ao abono de permanência, haja vista que ainda não preencheu todos os requisitos legais para tal. Dessa forma, observadas as cautelas legais, o secretário de Polícia Civil anulou o ato anterior de concessão do abono de permanência.

No caso em tela, o princípio implícito da administração pública que embasou o ato de invalidação praticado pelo chefe institucional é o princípio da:

- (A) intranscendência, e a Administração Pública não pode agir de ofício, isto é, tem que ser provocada a rever o ato;
- (B) autotutela, e a Administração Pública pode agir de ofício, isto é, sem ser provocada a rever o ato;
- (C) motivação, segundo o qual a Administração Pública não pode permitir a produção de efeitos ilegais de seus atos, pela teoria dos motivos determinantes;
- (D) intranscendência, e a Administração Pública pode agir de ofício, isto é, sem ser provocada a rever o ato, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa ao interessado;
- (E) autotutela, mas a Administração Pública não pode agir de ofício, isto é, tem que ser provocada a rever o ato, que deveria ter sido revogado, e não anulado.

5. FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

O Secretário Estadual de Segurança Pública do Estado Alfa, no regular exercício de suas funções legais, removeu João, servidor ocupante do cargo efetivo de Técnico de Nível Superior, do departamento A para o B, em ato publicado no diário oficial do dia 10/01/22, com efeitos a contar do dia 10/02/22. Ocorre que, diante da aposentadoria voluntária de três servidores lotados no departamento A na segunda quinzena de janeiro, o Secretário considerou que não era mais oportuna e conveniente a remoção de João para o departamento B, razão pela qual, no dia 30/01/22, praticou novo ato administrativo, revogando seu anterior ato de remoção e mantendo João lotado no departamento A.

O ato de revogação praticado pelo Secretário está baseado diretamente no princípio da administração pública da

- (A) impessoalidade, pois levou em conta os atributos pessoais de João para mantê-lo no departamento A.
- (B) autotutela, pois pode revogar seu anterior ato, de forma discricionária, para atender ao interesse público.
- (C) publicidade, pois antes de surtirem os efeitos do ato de remoção publicado no diário oficial, o Secretário declarou sua invalidade, por vício sanável.
- (D) motivação, pois os motivos do ato anterior de remoção não são mais válidos, pela aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (E) eficiência, pois a Administração Pública deve procurar praticar os atos mais produtivos, prestigiando os órgãos com maior demanda e a revogação praticada constitui um ato vinculado.

6. FGV - TPN (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Administrativo - Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Maria acaba de ser aprovada em concurso público para o cargo efetivo de técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa, inclusive obtendo excelente aproveitamento no curso de formação ministrado pela Acadepol. Em sua primeira lotação que acaba de ser publicada no Diário Oficial, Maria pretendia ser lotada no Instituto Médico Legal sediado na capital do Estado Alfa, mas foi lotada em determinado Posto Regional de Polícia Técnica e Científica (PRPTC), no interior do Estado.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato praticado pelo secretário de Polícia Civil de lotação inicial de Maria no citado PRPTC é um ato:

- (A) vinculado, pois a lei regulamenta a edição do ato de lotação, não conferindo ao agente público qualquer margem de escolha;
- (B) composto, pois é formado pela soma de vontades de órgãos públicos, quais sejam, setor de pessoal e chefia de Polícia Civil;
- (C) discricionário, pois o agente público busca, dentro dos limites da lei, razões de oportunidade e conveniência para praticar o ato;
- (D) de gestão, que é praticado pelo agente público com a prévia e não vinculante oitiva do servidor interessado, devendo prevalecer o interesse público;
- (E) de polícia, que restringe direitos individuais do servidor público de escolher sua lotação, em prol do interesse público, devendo o ato ser revisto anualmente.

# NOÇÕES DE DIREITO PENAL

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

### 1. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

A Doutrina da Proteção Integral que fundamenta o ECA, Lei nº 8.069/1990, está em linha com uma concepção de sociedade que:

- (A) reconheça a criança e o adolescente como sujeitos de direito e não como objeto do olhar punitivo que caracterizou as legislações anteriores;
- (B) pautada na doutrina retributiva, coloque no centro das políticas sociais o indivíduo em sua singularidade e dignidade;
- (C) valorize a família como ente exclusivo e incontornável do cuidado e do disciplinamento dos filhos;
- (D) reconheça a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento, objetos da proteção e da educação dos pais;
- (E) coloque em perspectiva o futuro da nação, dependente que é do investimento seletivo nas crianças e adolescentes que mais se destacam.

### 2. FGV - CUID (SEAD AP)/SEAD AP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

Avalie se, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as seguintes afirmativas estão corretas:

I. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

II. As crianças e os adolescentes têm direitos garantidos, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

III. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

### 3. FGV - PEDA (SEAD AP)/SEAD AP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

Avalie, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90, se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

( ) A Lei nº 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e parcial ao adolescente.

( ) Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8.069/90, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

( ) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e F.

4. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: vDireito da Criança e do Adolescente - Do Direito à Vida e à Saúde (ECA - arts. 7 ao 14)

De acordo com o ECA, os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à seguinte medida que será aplicada de acordo com a gravidade do caso:

- (A) afastamento do convívio familiar até decisão judicial em contrário.
- (B) reclusão de 3 meses a 2 anos.
- (C) acolhimento institucional, pela entidade responsável, da criança ou adolescente.
- (D) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (E) prestação de serviços comunitários.

5. FGV - JT (CSJT)/CSJT/2023

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (ECA - arts. 15 ao 18-B)

A Constituição da República de 1988 (Art. 227) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tendo em vista os princípios relacionados a esse tema, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ainda em vida, excluídos os herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça;
- (B) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial;

(C) a mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos em lei;

(D) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;

(E) a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

6. FGV - CUID (SEAD AP)/SEAD AP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (ECA - arts. 15 ao 18-B)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 15, a criança e o adolescente têm direito à \_\_\_\_\_ como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

A lacuna fica corretamente preenchida por

- (A) vigilância, ao desrespeito e à indignidade.
- (B) procriação, ao amadurecimento exclusivo e ao culto à personalidade.
- (C) liberdade, ao respeito e à dignidade.
- (D) submissão, à dependência e ao desrespeito.
- (E) subordinação, ao respeito e à autoridade.

7. FGV - PEDA (SEAD AP)/SEAD AP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (ECA - arts. 15 ao 18-B)

“Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

*(Estatuto da Criança e do Adolescente)*

# NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

## NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

### 1. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Júlia é uma jovem de 16 anos que decidiu casar-se com seu primeiro namorado, Roberto, três anos mais velho que ela. Os pais de Júlia, que sempre aprovaram o relacionamento da filha, prontamente deram a autorização necessária para que ela se casasse. Dois meses após o matrimônio, Júlia decidiu procurar uma agência de viagem e contratar um pacote turístico para que ela e Roberto pudessem realizar a sua primeira viagem juntos.

Considerando que ela celebrou o contrato com a agência sem a participação de seu marido ou de seus pais, é correto afirmar que o contrato:

- (A) é plenamente válido, pois Júlia tem capacidade civil plena, embora não tenha atingido a maioridade;
- (B) não é válido, pois, sendo Júlia menor de 18 anos, não pode contratar sem a representação de seus pais;
- (C) é plenamente válido, pois, sendo Roberto maior de 18 anos, sua idade supre a incapacidade de Júlia;
- (D) não é válido, pois, até que Júlia complete 18 anos, precisa da assistência de Roberto para contratar;
- (E) é anulável, pois Júlia é incapaz, mas pode tornar-se válido se Roberto prestar sua anuência posteriormente.

### 2. FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Três irmãos pretendem comprar juntos um automóvel: Caio, 20 anos, pessoa com leve deficiência mental; Joana, 16 anos, graduada em Turismo; e Natália, 17 anos, casada civilmente com Jorge.

Para a celebração do negócio, deve-se levar em conta que Caio, Joana e Natália são, respectivamente:

- (A) absolutamente capaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz;
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz;

- (C) relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- (D) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e relativamente incapaz;
- (E) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.

### 3. FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Jane dá aula de inglês para três estudantes: Cristiano, 16 anos, emancipado voluntariamente por seus pais; Haroldo, 17 anos, universitário; e Andressa, 19 anos, parcialmente interditada e sob curatela porque dilapidava descontroladamente todo o seu patrimônio.

De acordo com o Código Civil, entre os estudantes, são relativamente incapazes:

- (A) Cristiano, Haroldo e Andressa;
- (B) Haroldo e Andressa;
- (C) Cristiano e Haroldo;
- (D) Cristiano e Andressa;
- (E) somente Cristiano.

### 4. FGV - GP (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.

I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

III. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## 5. FGV - JE TJAP/TJ AP/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Justina, casada há 25 anos, substituiu, por ocasião do casamento civil com Eduardo, um dos seus patronímicos pelo do marido.

Ocorre que o sobrenome adotado passou a ser o protagonista de seu nome civil, em prejuízo do patronímico de solteira, o que passou a lhe causar intenso sofrimento, uma vez que sempre fora conhecida pelo sobrenome de seu pai. Tal fato lhe trouxe danos psicológicos, especialmente agora que os últimos familiares que ainda usam o seu sobrenome familiar encontram-se gravemente doentes. Por essas razões, Justina requereu a modificação do seu patronímico, ainda durante a constância da sociedade conjugal, de forma a voltar a utilizar o sobrenome da sua família.

O pedido deve ser julgado:

(A) improcedente, em virtude do princípio da inalterabilidade do nome ser considerado absoluto na constância da sociedade conjugal;

(B) procedente, pois a autonomia privada é uma das exceções à inalterabilidade do nome previstas na Lei de Registros Públicos;

(C) procedente, pela interpretação histórico-evolutiva da inalterabilidade, da preservação da herança familiar, da autonomia privada e da ausência de prejuízo a terceiros;

(D) improcedente, em razão da modificação do nome civil ser qualificada como excepcional, tendo em vista a consideração à segurança de terceiros;

(E) improcedente, em virtude da proteção à estabilidade do vínculo conjugal e aos interesses do outro cônjuge, ao menos durante a constância da sociedade conjugal.

## 6. FGV - ADV (SEN)/SEN/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Jaqueline, solteira, vem a falecer. Como possíveis herdeiros, Jaqueline contava apenas com Marcos e João, seus sobrinhos e irmãos entre si. Ao descobrir que Jaqueline, por testamento, afastou os sobrinhos da herança para deixá-la à Associação de Caridade Solidária e à amiga Carolina, Marcos desferiu insultos à falecida tia no perfil que ela mantinha em rede social.

Diante disto, cabe buscar a cessação da lesão à honra de Jaqueline

(A) a João e a Marcos, conjuntamente.

(B) à Associação de Caridade Solidária.

(C) ao Ministério Público.

(D) à Associação e a Carolina, conjuntamente.

(E) a João.

## 7. FGV - AJ TRT13/TRT 13/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Uma determinada Clínica de Estética utilizou o apelido de uma famosa influenciadora digital em sua publicidade, sem autorização prévia. No conteúdo publicitário, constava a influenciadora como uma das principais clientes do estabelecimento. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) No ordenamento jurídico brasileiro, apenas o nome goza de proteção, mas não o pseudônimo.

(B) O uso do apelido, sem autorização prévia, é válido, desde que atenda ao princípio da veracidade.

(C) A Clínica de Estética não deve ressarcir por qualquer dano, visto que se encontrava no exercício do seu direito de informar.

(D) Sem autorização, não se pode usar o nome de uma pessoa em propaganda comercial, sendo que a proteção alcança também o pseudônimo.

(E) Na situação narrada, não há dano pelo uso do apelido, pois a influenciadora digital é uma personalidade pública, não gozando de tutela jurídica.

# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 1. FGV - AFRE MG/SEF MG/TRIBUTAÇÃO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) O juiz pode decidir em primeiro grau com base em fundamento fático que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar.

(B) A ampla defesa torna obrigatória a assistência por advogado em todo e qualquer processo, como é o caso dos processos administrativos disciplinares e do habeas corpus.

(C) Diversamente dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o devido processo legal não é exigido nos processos administrativos, os quais obedecem à inquisitorialidade.

(D) O princípio do juiz natural veda a criação de juízes e tribunais de exceção, sem exigir, todavia, que as regras a respeito da fixação de competência sejam anteriores ao ajuizamento da ação.

(E) O contraditório pode ser diferido em situações excepcionais, presentes razões relevantes que assim justifiquem e em ponderação com outros interesses, sem ofensa à efetividade de tal direito.

### 2. FGV - ACE (TCE ES)/TCE ES/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é correto afirmar sobre o referido processo que:

(A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;

(B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;

(C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;

(D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;

(E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

### 3. FGV - JT (CSJT)/CSJT/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

O atual Código de Processo Civil dedica alguns artigos ao que denominou Normas Fundamentais do Processo, demonstrando, inclusive, o fenômeno da constitucionalização do direito processual.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

(A) o processo civil rege-se pelo princípio dispositivo e o processo começa e se desenvolve apenas por iniciativa da parte;

(B) sob pena de malferir o princípio da imparcialidade, o juiz não deve apontar às partes eventuais deficiências formais do processo para permitir as devidas correções;

(C) embora as partes tenham o direito de obter em prazo razoável a solução integral do processo (CPC, Art. 4º), nosso direito processual civil não admite o contraditório diferido;

(D) a proibição de decisão surpresa, conforme previsto no Art. 10 do Código de Processo Civil, não se aplica quando a matéria sobre a qual o juiz deva decidir seja de ordem pública ou possa ser conhecida de ofício;

(E) ao alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu, em sintonia com os princípios da primazia da decisão de mérito, da cooperação e da boa-fé processual, indicar, sempre que tiver conhecimento, o sujeito passivo da relação jurídica discutida.

## 4. FGV - AFRE MG/SEF MG/TRIBUTAÇÃO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Da ação (arts. 17 a 20)

Determinado contribuinte ingressou em juízo, mediante ação ordinária, em face do Estado de Minas Gerais, requerendo o reconhecimento do direito à compensação tributária sobre operações sujeitas a incidência de ICMS.

Acerca do caso acima narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A petição inicial deve ser indeferida, pois o processo civil brasileiro não admite a ação meramente declaratória; alternativamente, poderá o juiz determinar a emenda à inicial para que o contribuinte inclua pedido condenatório.
- (B) Diante da natureza meramente declaratória da ação proposta pelo contribuinte, o contraditório poderá ser dispensado, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil, podendo o juiz, após o juízo de admissibilidade positivo da petição inicial, proferir sentença desde logo.
- (C) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, sendo certo que o interesse processual pode se limitar à declaração da existência de uma relação jurídica.
- (D) As ações declaratórias admitem substituição processual, hipótese em que o substituído poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.
- (E) O reconhecimento do direito à compensação tributária possui natureza mandamental, à luz da classificação das espécies de ação.

## 5. FGV - ACE (TCE ES)/TCE ES/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Determinado gestor ajuizou ação, pelo procedimento comum, para obter a invalidação de sanção que lhe havia sido aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado.

A petição inicial da demanda foi distribuída ao Juízo X, com competência fazendária, no dia 05 de setembro de 2022, tendo o juiz, em 14 de setembro, determinado a citação do réu, a qual ocorreu, de forma válida, em 04 de outubro.

Por sua vez, a Corte de Contas intentou demanda para cobrar o valor da multa que havia imposto ao gestor, tendo a sua petição inicial sido distribuída no dia 08 de setembro de 2022 ao Juízo Y, também dotado de competência em matéria fazendária.

Apreciando a peça exordial, o Juízo Y, no dia 12 de setembro, determinou a citação do demandado, efetivando-se validamente o ato citatório em 28 de setembro. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da conexão, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo X;
- (B) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da continência, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo X;
- (C) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da conexão, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo Y;
- (D) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da continência, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo Y;
- (E) não há causa que dê azo à reunião dos feitos, devendo cada um tramitar perante o juízo ao qual a respectiva petição inicial foi distribuída.

## 6. FGV - JE TJMS/TJ MS/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Anastácia, sedizente titular do direito de servidão em relação a um imóvel situado em área pertencente à Comarca de Corumbá, ajuizou ação em face de Filomena, pessoa absolutamente incapaz e já curatelada. A autora persegue a edição de provimento jurisdicional que reconheça o direito de servidão que alega titularizar e que iniba a ré de praticar condutas que lhe obstem o normal exercício.

A petição inicial foi distribuída a um dos juízos cíveis da Comarca de Campo Grande, onde tanto a autora quanto a ré são domiciliadas. Nesse quadro, é correto afirmar que:

- (A) o foro em que foi intentada a demanda é competente para processar e julgar o feito;
- (B) o juiz deve proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, cabendo à ré a iniciativa de arguir o vício de incompetência relativa que se configurou;
- (C) o juiz deve proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, podendo o órgão do Ministério Público arguir o vício de incompetência relativa que se configurou;
- (D) o juiz deve reconhecer de ofício o vício de incompetência relativa que se configurou, haja vista a condição de incapaz ostentada pela ré;
- (E) o juiz deve reconhecer de ofício o vício de incompetência absoluta que se configurou, determinando, depois de ouvidos os interessados, a remessa dos autos a um dos juízos cíveis da Comarca de Corumbá.



## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

### NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

#### 1. FGV - AUD EST (CGE SC)/CGE SC/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

#### 2. FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Policiais militares estavam em patrulhamento de rotina, quando avistaram indivíduos que fugiram ao ver a viatura policial, um dos quais entrou em sua residência. Sem que houvesse denúncia anônima e sem autorização judicial, a guarnição policial ingressou na residência, momento em que se logrou apreender entorpecentes. Apresentando a ocorrência na unidade de Polícia Judiciária, a guarnição policial fez constar que um vizinho teria autorizado o ingresso na residência.

Diante desse cenário, é correto afirmar que a prisão é:

- (A) ilegal, diante da ausência de prévia autorização judicial para busca na residência;
- (B) legal, por haver flagrante de crime permanente, o que dispensa a prévia autorização judicial;
- (C) legal, diante do consentimento válido do vizinho para ingresso na residência;
- (D) legal, diante da configuração de justa causa para a ação policial;
- (E) ilegal, pois a busca e apreensão não poderia ser executada pela Polícia Militar.

#### 3. FGV - JE TJMG/TJ MG/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

( ) O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

( ) A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

( ) Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – F – F – F.

- (C) F – V – V – F.  
(D) F – V – V – V.

4. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Hermes foi denunciado pelo delito de falsidade ideológica eleitoral (Art. 350 do Código Eleitoral), corrupção passiva (Art. 317 do Código Penal) e lavagem de dinheiro (Art. 1º da Lei nº 9.613/1998), pois, na qualidade de servidor público, recebeu propina de uma empresa para deixar de atuar na sua atividade-fim, ocultando, na sequência, esse valor, por meio da simulação de uma atividade lícita. Tendo se candidatado a cargo eletivo, falseou sua declaração de bens eleitorais, para manter a ocultação dos valores indevidamente auferidos. A Justiça Eleitoral absolveu Hermes das imputações, entendendo que não havia qualquer ilícito eleitoral. Ato seguinte, Hermes foi denunciado pelo Ministério Público estadual, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, repetindo o articulado na denúncia oferecida anteriormente na Justiça Eleitoral.

A nova imputação deve ser:

- (A) recebida, pois, ao absolver o réu do delito eleitoral, a Justiça Especializada deixou de ter competência;  
(B) recebida, pois houve alteração substancial na imputação, com a exclusão do contexto delitivo-eleitoral;  
(C) recebida, pois os delitos comuns não são acobertados pela coisa julgada da Justiça Eleitoral;  
(D) rejeitada, com base no princípio da vedação à dupla incriminação, limite derivado da coisa julgada;  
(E) não recebida, pela ausência de possibilidade jurídica do pedido.

5. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;  
(B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;  
(C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;  
(D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;  
(E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

6. FGV - TJ (TJDFT)/TJDFT/ADMINISTRATIVA/2022  
Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- (A) soma aritmética dos prazos processuais;  
(B) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;  
(C) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;  
(D) princípio da razoabilidade e das peculiaridades do caso;  
(E) análise dos prazos previstos em lei, de maneira individual.

7. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO/DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL, PENITENCIÁRIO E SEGURANÇA PÚBLICA/2022|

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Como corolário do princípio do contraditório, é correto afirmar que

- (A) medidas investigativas que representem grave intervenção em direitos fundamentais dependem de decisão judicial.  
(B) o Ministério Público deve ser intimado de um documento novo juntado aos autos pela defesa.  
(C) o réu tem o direito de permanecer em silêncio em seu interrogatório judicial.  
(D) o defensor tem o dever de pedir a absolvição do réu em suas alegações finais.  
(E) o processo deve ser suspenso se o réu mudar de endereço e não puder mais ser encontrado para ser intimado.